



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ZOOTECNIA**

SOLÃINE LIMA DOS SANTOS

**A PERCEÇÃO DOS EXTENSIONISTAS RURAIS DO MÉDIO NORTE DO
TOCANTINS SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXTENSÃO RURAL E SEU
PAPEL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL.**

**ARAGUAÍNA -TO
2022**

SOLÃINE LIMA DOS SANTOS

A PERCEPÇÃO DOS EXTENSIONISTAS RURAIS DO MÉDIO NORTE DO
TOCANTINS SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXTENSÃO RURAL E SEU
PAPEL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL.

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à UFNT – Universidade
Federal do Norte do Tocantins - Campus
Universitário de Araguaína para obtenção
do título de Bacharel em Zootecnia.

Orientadora: Prof. Dr^a. Kênia Ferreira
Rodrigues

Coorientadora: Prof. Dr^a. Marielen Aline
Costa da Silva

ARAGUAÍNA -TO
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S237p Santos, Soláine Lima dos .
A PERCEPÇÃO DOS EXTENSIONISTAS RURAIS DO MÉDIO NORTE DO TOCANTINS SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXTENSÃO RURAL E SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL. / Soláine Lima dos Santos. – Araguaína, TO, 2022.
43 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Zootecnia, 2022.
Orientadora : Kênia Ferreira Rodrigues
Coorientadora : Marielen Aline Costa da Silva

1. Extensão rural . 2. Desenvolvimento local . 3. Políticas Públicas
. 4. Ruraltins. I. Título

CDD 636

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

SOLÂINE LIMA DOS SANTOS

A PERCEPÇÃO DOS EXTENSIONISTAS RURAIS DO MÉDIO NORTE DO TOCANTINS SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXTENSAO E SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à UFNT- Universidade Federal do Norte do Tocantins- Campus de Zootecnia, foi avaliado para a obtenção do Título de Bacharel em Zootecnia e aprovado em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Aprovado em:

Banca examinadora:

Profa. Dra. Kenia Ferreira Rodrigues (Orientadora), UFNT.

Profa. Dra. Marielen Aline Costa da Silva (Coorientadora),
UFNT.

Antonio Hugo Rabelo de Castro, RURALTINS.

*Dedico este trabalho a minha família,
amigos e minha noiva pelo incentivo,
força, confiança e amor que sempre me
proporcionaram.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus e Nossa Senhora, por sempre estarem me guiando durante todos os meus passos na trajetória da vida. Aos amores da minha vida, minhas sobrinhas Maria Luísa e Ana Laura, e meu sobrinho/afilhado Benjamim, sem vocês eu não seria eu.

Gostaria de agradecer minha avó Eva, minhas irmãs Solivâne, Joscivane, meu pai Jociê e minha mãe Solidade que mesmo estando longe ou perto, sempre me apoiaram e motivaram em todos os momentos.

Agradecer especialmente a minha noiva Barbara, que em todos os momentos nunca me deixou sozinha, sempre buscou me incentivar e me dar forças ao longo de dias difíceis e árduos, obrigada, meu amor.

Aos meus amigos, que estão sempre presentes nos desafios da minha vida, vocês estão no meu coração, obrigada pela amizade e companheirismo durante essa jornada.

Agradeço a minha orientadora, professora Kênia Ferreira Rodrigues e coorientadora Marielen Aline Costa da Silva pela coragem de enfrentar os desafios dessa orientação, apoio, confiança, dedicação e incentivo ao longo desse trabalho, é uma honra aprender com vocês.

Aos meus professores, muito obrigada por contribuírem na minha formação pessoal e profissional.

Enfim, a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram na elaboração deste trabalho e me ajudaram a enfrentar todos os obstáculos, muito obrigada por tudo.

RESUMO

A Extensão Rural é um processo cooperativo, baseado em princípios educacionais, que tem por finalidade levar, diretamente, aos adultos e jovens do meio rural, ensinamentos sobre a agricultura, pecuária e economia doméstica, visando modificar hábitos e atitudes da família, nos aspectos técnico, econômico e social, possibilitando-lhe maior produção e melhorar a produtividade, elevando-lhe a renda e melhorando seu nível de vida. Diante desse contexto, o objetivo do presente trabalho é analisar a percepção dos extensionistas rurais do norte do Tocantins sobre as políticas públicas de extensão rurais do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (RURALTINS), em uma amostra compreendida por sete extensionistas da microrregião de Araguaína. Utilizou-se para coleta de dados questionário com questões abertas e fechadas composto por um conjunto de perguntas elaboradas especificamente para esta pesquisa. Os dados coletados para este estudo foram analisados por meio da Análise Textual Discursiva (ATD). Os resultados dos questionários aplicados trouxeram diversos elementos de linha de frente que permitem uma análise prática do papel dos serviços de extensão rural em relação às políticas públicas, bem como a identificação de dificuldades apresentadas pelos próprios participantes. Conclui-se que o estudo possibilitou observar que os extensionistas que participaram desta pesquisa, em sua maioria, buscam de forma metodológica e transparente seguir o que consta na lei de Ater, respeitando a concepção de novo rural e buscando transformar o espaço de forma sustentável junto ao agricultor no cenário socioambiental da microrregião de Araguaína, norte do estado do Tocantins. No entanto, fica evidente que estes extensionistas ainda necessitam de incentivos educacionais e técnicos, para então desempenhar suas funções em acordo com a nova extensão rural, prevista em lei.

Palavras-chave: Extensão Rural. RURALTINS. Desenvolvimento local.

ABSTRACT

Rural Extension is a cooperative process, based on educational principles, which aims to bring teachings about agriculture, livestock and domestic economy directly to adults and young people in rural areas, with a view to modifying habits and attitudes of the family, in technical aspects, economic and social, enabling greater production and improved productivity, raising income and improving their standard of living. Given this context, the objective of the present work is to analyze the perception of rural extension workers in the north of Tocantins on public extension policies and their role in local development. For that, a qualitative approach and descriptive objectives were used as a methodology, carried out with rural extension workers from the Rural Development Institute of the State of Tocantins (RURALTINS), in a sample comprised of seven extension workers from the Araguaína microregion. A questionnaire with open and closed questions was used for data collection, consisting of a set of questions specifically designed for this research. The data collected for this study were analyzed using Discursive Textual Analysis (DTA). The results of the applied questionnaires brought up several front-line elements that allow a practical analysis of the role of rural extension services in relation to public policies, as well as the identification of difficulties presented by the participants themselves. It is concluded that the study made it possible to observe that the extensionists who participated in this research, for the most part, seek in a methodological and transparent way to follow what is contained in the Ater law, respecting the concept of the new rural and seeking to transform the space in a sustainable way together to the farmer in the socio-environmental scenario of the micro-region of Araguaína, in the north of the state of Tocantins. However, it is evident that these extensionists still need educational and technical incentives, so that they can perform their functions in accordance with the new rural extension, provided for by law.

Keywords: Rural Extension. RURALTINS. Local development.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Opções para a provisão e financiamento de serviços pluralísticos de extensão.

Tabela 2 - Dados demográficos.

Tabela 3 - Profissão, ocupação e escolaridade dos participantes.

Tabela 4 - Experiência no RURALTINS.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - Mapa com a Unidades Locais de Execução de Serviços - ULES nos municípios tocantinenses.

LISTA DE SIGLAS

ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRONATER- Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária

RURALTINS - Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins

SUMÁRIO

1.	Introdução	13
2.	Objetivos	15
3.	Referencial teórico	16
3.1	História da Extensão Rural no Brasil	16
3.1.1	PNATER	19
3.2	Extensão Rural e desenvolvimento local	22
3.3	Instituto de desenvolvimento rural do estado do Tocantins	23
4.	Procedimentos metodológicos	25
4.1	Caracterização do estudo	25
4.2	População e amostra	25
4.3	Instrumentos e procedimentos de coleta de dados	26
4.4	Análise de dados	27
5.	Resultados e discussão	28
6.	Considerações finais	36
	Referências	37
	Apêndices	39
	Apêndice1. Questionário utilizado na pesquisa	40

1. INTRODUÇÃO

Embora vários estudos apontem que ações extensionistas estiveram registradas na história da Antiguidade, contemporaneamente o termo teve origem na extensão praticada pelas universidades inglesas na segunda metade do século XIX. Os conceitos e definições evoluíram com o tempo, seguindo individualmente cada prática de dinâmica, mudanças particulares e principalmente a estrutura socioeconômica de cada país. De acordo com Peixoto (2008):

“A extensão rural é um dos ramos das ciências agrárias que se ocupa em fornecer serviços de educação formal, ou não, de caráter continuado para o meio rural e pesqueiro, auxiliando e promovendo processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades, bem como dos serviços agropecuários e não agropecuários, incluindo as atividades agroextrativistas, florestais e artesanais”.

Já Oliveira (1988) entende a extensão rural como sendo um processo educativo que tem por finalidade promover a adoção de novas tecnologias pelos agricultores, que resultem no aumento da produção, produtividade e renda – um conceito tradicional e conservador.

Alves, Santana e Contini (2016), afirmam que “A extensão rural é um elo importante da cadeia de inovação na agropecuária. Sua função é conectar os resultados da pesquisa com a adoção de conhecimentos e tecnologias pelos produtores rurais, pequenos, médios ou grandes. Portanto, disponibiliza conhecimentos para que os agricultores constituam sua tecnologia de produção. Em muitos casos, para pequenos produtores, é necessário prover pacotes tecnológicos, devido ao seu baixo nível de capacitação”.

Atualmente no Brasil existem mais de 20 mil extensionistas rurais distribuídos em todas as regiões do país, sendo 655 extensionistas no estado do Tocantins, entre homens e mulheres, atuando na área econômica, social e ambiental. Levando orientações técnicas e novas tecnologias para o fortalecimento das atividades agrícolas desenvolvidas pelas famílias rurais.

A principal motivação para sustentar a presente pesquisa, consiste na importância que o tema possui para a sociedade atual. O interesse pelas causas sociais e culturais sempre estiveram presente em minha jornada pessoal e profissional, dessa forma a presente temática ganhou importância durante a trajetória na zootecnia. Assim, por considerar a relevância profissional do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (RURALTINS) e suas políticas

públicas envolvidas e praticadas, fez-se necessário buscar entender os contextos de execução e práticas que levam os processos de assistência técnica da extensão rural por meio desses extensionistas e com isso saber como se expõe a concepção dos mesmos sobre o desenvolvimento local e de que maneira as políticas públicas executadas e assistidas tem agido na perspectiva profissional de cada um. Dessa forma, o objetivo do presente trabalho é analisar a percepção dos extensionistas rurais do norte do Tocantins sobre as políticas públicas de extensão e seu papel no desenvolvimento local.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar a percepção dos extensionistas rurais do RURALTINS sobre as políticas públicas de extensão rural e a sua contribuição para o desenvolvimento local.

2.2 Objetivos específicos

- Realizar revisão de literatura sobre o tema
- Analisar a percepção dos extensionistas quanto às políticas públicas federais, estaduais e municipais de extensão rural;
- Identificar a percepção dos extensionistas quanto às contribuições da extensão rural para o desenvolvimento local.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

DO SURGIMENTO DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

Neste capítulo iremos apresentar informações e declarações vívidas sobre a Extensão Rural e seus atributos, bem como, seus conflitos de idealização e fortificação para manter seus ideais e diversificações de suas pluriatividades em seus mais diversos âmbitos de execução.

3.1 HISTÓRIA DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

Em seu livro *Extensão rural no Brasil - uma abordagem histórica*, Peixoto (2008) diz que a prática e institucionalização das ações extensionistas ocorreram há cerca de 50 anos no Brasil. Conseqüentemente, a pauta sobre a Extensão rural é permanentemente colocada em discussão, tanto nas instituições de ensino, quanto por elaboradores de políticas públicas e extensionistas.

Segundo Peixoto (2008), o termo Extensão rural não é tão esclarecedor. Desde que o modelo cooperativo americano de extensão foi implementado, ocorreram muitas mudanças de conceituações das iniciativas de extensão rural. Com o decorrer dos anos ocorreram grandes mudanças conjunturais e nos traços dos países, dessa forma evoluíram constantemente de acordo com as estruturas socioeconômicas e culturais de cada país.

A assistência técnica e a extensão rural têm importância fundamental no processo de comunicação de novas tecnologias, geradas pela pesquisa, e de conhecimentos diversos, essenciais ao desenvolvimento rural no sentido amplo e, especificamente, ao desenvolvimento das atividades agropecuária, florestal e pesqueira (PEIXOTO, 2008).

Em seu estudo, Peixoto (2008) defende que o termo extensão rural pode ser entendido pontualmente como uma política pública. Diante disso, ele se refere às políticas públicas de extensão rural, que foram delineadas e idealizadas pelos governos, sejam eles federais, estaduais ou municipais. Através de dispositivos legais ou programáticos, mas que podem ser executados por organizações públicas e/ ou privadas.

Peixoto (2008) aponta que como processo e no sentido literal, a extensão rural significaria o ato de estender, levar ou transmitir conhecimentos de uma fonte para o receptor final, ou seja, o público rural. Devido a isso seria o termo e sentido mais aceito, se entendida como uma forma de processo educativo de comunicação, sendo conhecimento técnicos ou não. Neste caso a extensão rural é conceituada diferentemente da assistência técnica, por necessariamente não ter um caráter educativo, pois visa resolver problemas específicos e localizados sem a necessidade de contato com o produtor rural. E é por ter um caráter educativo que o serviço de extensão rural é, normalmente, desempenhado pelas instituições públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), organizações não governamentais, e cooperativas, mas que também prestam assistência técnica.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (2004, p.4) cita que, “Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural- Ater, foram iniciados, no país, no final da década de quarenta, no final da década de quarenta, no contexto da política desenvolvimentista do pós-guerra, com o objetivo de promover a melhoria das condições de vida da população rural e apoiar o processo de modernização da agricultura, inserindo-se nas estratégias voltadas à política de industrialização do país. A Ater foi implantada como um serviço privado ou paraestatal, com o apoio de entidades públicas e privadas. Posteriormente, com apoio do governo do presidente Juscelino Kubitschek, foi criada, em 1956, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), constituindo-se, então, um Sistema Nacional articulado com Associações de Crédito e Assistência Rural nos estados”.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário (2004) a Ater tem como objetivo geral, estimular, animar apoiar iniciativas de desenvolvimentos rural sustentável, que envolva atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo e outras, tendo como centro o fortalecimento de agricultura familiar, visando a melhoria de qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações. Especificamente, contribuir para a melhoria da renda, da segurança alimentar e da diversificação da produção, para a manutenção e geração de novos postos de trabalho, em condições compatíveis com o equilíbrio ambiental e com os valores socioculturais dos grupos envolvidos; potencializar processos de inclusão social e de fortalecimento da cidadania, por meio de ações integradas que tenham em conta as dimensões: ética, social, política, cultural, econômica e ambiental da sustentabilidade; estimular a produção de alimentos saudáveis

e de melhor qualidade biológica, a partir do apoio e assessoramento aos agricultores familiares e suas organizações para a construção e adaptação de tecnologias de produção ambientalista amigáveis, e para a otimização do uso e manejo sustentável dos recursos naturais.

Seguindo o modelo da Ater de Minas Gerais, vários outros estados criaram suas instituições de Ater, sendo estas responsáveis pela elaboração de projetos “para os produtores conseguirem acesso ao crédito rural subsidiado, principal instrumento de desenvolvimento rural do governo brasileiro entre princípios dos anos 1960 e 1986.” (CASTRO; PEREIRA, 2017, p. 9).

Com o crescimento das instituições estaduais de Ater, o governo federal criou em 1975, a Empresa Brasileira de Extensão Rural (EMBRATER), passando as instituições estaduais a serem denominadas Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ematers), que eram subordinadas à Embrater para o recebimento de auxílio financeiro (CASTRO; PEREIRA, 2017). Dessa forma a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), criada em 1974, ficou responsável pela inovação agropecuária e a Embrater pela difusão dessa inovação (CASTRO; PEREIRA, 2017).

Ainda sobre a relação do termo, Peixoto (2008) aponta que existe uma relação entre a política e o modelo resultante da extensão rural de hoje, adotado por um país e com estruturas institucionais que se consolidam. Em concordância com uma forma ou outra de prestação de serviço, seja ela privilegiada pelo Estado ou pela sociedade, é possível sim identificar os modelos adotados, que em geral pode ser, público ou privado, pago ou gratuito.

Dessa forma, Peixoto (2008) identifica que existem quatro modelos básicos que podem coexistir em um mesmo país: público e gratuito; público e pago; privado e gratuito; e privado e pago. Nesse sentido, o Brasil foi privilegiado ao longo do tempo, o primeiro modelo, que seria o público e gratuito, hoje é direcionado prioritariamente para os agricultores familiares e exercido pelas empresas estaduais de Ater. Entretanto, é possível evidenciar na Tabela 1 abaixo, a pluralidade de modelos de financiamento de serviços de Ater e provisão que podem coexistir num mesmo país.

Tabela 1. Opções para a provisão e financiamento de serviços pluralísticos de extensão

		Fonte de financiamento para o serviço				
		Setor Público	Setor Privado: Produtores	Setor Privado: Empresas	Terceiro Setor: ONGs	Terceiro Setor: organizações rurais (OR ¹)
Provedor do serviço	Setor Público:	(1) Serviços de extensão do Setor Público, sem taxas, diferentes graus de descentralização	(5) Serviços de extensão baseados em subsídios públicos	(9) Companhias privadas contratam <i>staff</i> técnico de serviços públicos de extensão	(12) ONGs contratam <i>staff</i> técnico de serviços públicos de extensão	(16) ORs contratam <i>staff</i> técnico de serviços públicos de extensão
	Setor Privado: Empresas	(2) Contratos financiados publicamente para provedores privados de serviços	(6) Companhias privadas provêem serviços pagos de extensão	(10) Serviços inclusos: empresas provêem informação com a venda de insumos e equipamentos ou marketing de produtos	(13) ONGs contratam <i>staff</i> técnico de provedores de serviços privados	(17) ORs contratam <i>staff</i> técnico de provedores de serviços privados
	Terceiro Setor: ONGs	(3) Contratos financiados publicamente para ONGs	(7) Serviços pagos pelos produtores, contratados de ONG'S	(11) Companhias privadas contratam <i>staff</i> técnico de extensão ONGs	(14) ONGs contratam seu próprio <i>staff</i> técnico e fornecem serviços gratuitos	
	Terceiro Setor: organizações rurais (OR)	(4) Contratos financiados publicamente para OR's	(8) Advisory service staff hired by FBO, farmers pay fees		(15) ONGs financiam <i>staff</i> de serviços de extensão contratado a OR's	(18) ORs contratam seu próprio <i>staff</i> de extensão e provêem serviços gratuitos aos membros

Fonte: Anderson (2007). Traduzido pelo autor.

Faria e Duenhas (2019) ressaltam que com a severa crise fiscal de 1980, a Embrater foi uma das várias empresas estatais que foram extintas no final daquela década. A partir disso, as Emater experienciaram um período de falta de recursos, sucateamento de suas estruturas estaduais e enormes dificuldades para manterem os serviços de ater aos agricultores. Foi um período difícil e que perdurou até 2003, quando aconteceu a reestruturação da política de Ater do governo federal no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), e em 2004 foi lançada a esperada Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater).

3.1.1 PNATER

Em 2003, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA passou a ser responsável pelas atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater, como estabelece o Decreto Nº 4.739, de 13 de junho daquele ano. Por delegação da

Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, um grupo de técnicos coordenou a elaboração da nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), promovendo um amplo processo de consulta, a partir de audiências, encontros e seminários envolvendo representações dos agricultores familiares, de movimentos sociais e de prestadoras de serviços de Ater governamentais e não governamentais. Este processo, democrático e participativo que envolveu mais de 100 entidades e mais de 500 pessoas, levou à construção de alguns consensos e a um conjunto de acordos e redundou no documento que sintetiza a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (MDA, 2004).

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural- Pnater, determina que a Missão da Ater seja:

“Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade” (MDA, 2004)

Para que essa missão seja implementada com mais exatidão, Caporal (2009) incita que a Pnater se baseie em 5 (cinco) princípios, que pretendem ser um compêndio do que é imprescindível para se ter uma nova Ater. Dado esse apanhado de objetivos, basta citar os abordados, como segue:

- “Assegurar, com exclusividade aos agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquicultura, povos da floresta, seringueiros, e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF, o acesso a serviço de assistência técnica e extensão rural pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente, visando o fortalecimento da agricultura familiar.” (MDA, 2004).
- “Contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, apoiando os

agricultores familiares e demais públicos descritos anteriormente, na potencialização do uso sustentável dos recursos naturais.” (MDA, 2004).

- “Adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia.” (MDA, 2004).
- “Estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões, contribuir para a construção da cidadania e facilitar o processo de controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades, de maneira a permitir a análise e melhoria no andamento das ações.” (MDA, 2004).
- “Desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializam os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável.” (MDA, 2004).

Independentemente de inúmeros e grandes avanços para a Ater desde 2003, ocorreram algumas dificuldades em operacionalizar a Pnater até o ano de 2010, devido as Organizações Não-Governamentais (ONGs), associações e cooperativas que prestavam serviços de Ater estavam submetidas à Lei 8666/93 para devidas contratações com o governo federal e por consequência aos obstáculos burocráticos, o que impedia a fluidez dos serviços. (MORAES,2018). Já em 2010, com a promulgação da Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010, também conhecida como Lei de Ater, a Pnater foi instituída efetivamente e os serviços de Ater enfim deixaram de ser contratados pelo governo federal por meio da Lei 8666/93, ficando as contratações condicionadas a chamadas públicas, desburocratizando o processo (MORAES, 2018).

Contudo, a PNATER de 2003 pode ser considerada como Política Pública governamental, por ser elaborada e implementada a partir do MDA. Em 2010, o Congresso Nacional aprovou a Lei 12.188, de 11.01.2010 (BRASIL, 2010) que

instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária- PNATER e o programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária- PRONATER.

3.2. EXTENSÃO RURAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

A extensão rural é um elo importante da cadeia de inovação na agropecuária. Sua função é conectar os resultados da pesquisa com a adoção de conhecimentos e tecnologias pelos produtores rurais, pequenos, médios ou grandes. Portanto, disponibiliza conhecimentos para que os agricultores constituam sua tecnologia de produção. Em muitos casos, para pequenos produtores, é necessário prover pacotes tecnológicos, devido ao seu baixo nível de capacitação (ALVES, SANTANA, CONTINI, 2016).

Neste cenário, Faria e Duenhas (2019) afirmam que a Ater tem um envolvimento essencial para as escolhas corretas dos agricultores familiares, levando contribuições tecnicamente importantes que possibilitam diversificação das atividades dentro das propriedades rurais, tanto agrícolas quanto não agrícolas. Além dos limites da propriedade, a Ater assume uma responsabilidade na organização dos agricultores familiares e na integração de políticas públicas dentro dessa rede, e desta forma, promovendo o desenvolvimento territorial.

De acordo com Zambra, Souza e Costa (2018, p.172), “a política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) agrupa um conjunto de atores locais, instituições públicas e apoiadoras, por meio de processo e relações de trocas diretas e indiretas.” As políticas públicas de desenvolvimento rural, dentre elas a Ater, direcionam ao desenvolvimento local, que “é resultado da participação dos beneficiários (agricultores familiares), através de iniciativas comunitárias, parceria com o Estado (nos três níveis) e com empresas privadas.” (ZAMBRA; SOUZA; COSTA, 2018, p.278).

Para Costabeber e Caporal (2002), o desenvolvimento desejável sugere a conciliação entre a dimensão social, socialmente justa, crescimento econômico, ambientalmente correto, humano e adaptável. O desenvolvimento sustentável implica uma transformação progressiva, social, aumentando a produtividade para todos os cidadãos.

3.3 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DO TOCANTINS (RURALTINS) E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Em 1988, o estado do Tocantins foi criado, e desde então passou a ter como órgão de assistência técnica e extensão rural o Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (RURALTINS, 2020). A extensão rural no Tocantins sob a coordenação do RURALTINS, presta serviço ao público da agricultura familiar e apoia o desenvolvimento do setor agropecuário do Estado. Esse órgão exerce por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade (RURALTINS, 2020).

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS) é uma entidade sem fins lucrativos, que atua em convênio com o Governo Federal, Governo do Estado e em convênio com as prefeituras municipais, cuja missão é contribuir de forma participativa para o desenvolvimento rural sustentável, centrado no fortalecimento da agricultura familiar, por meio de processos educativos que assegurem a construção do pleno exercício da cidadania (RURALTINS, 2020).

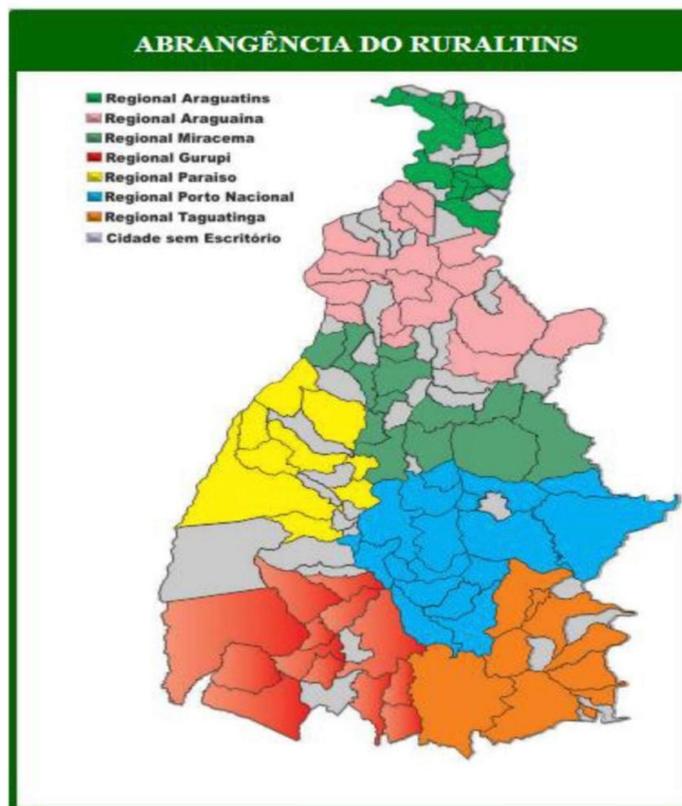
A importância da extensão rural está relacionada com a prioridade com que os governos concedem à agricultura, tais como benefícios equivalente para atuar na área, buscando melhoria no meio rural, nesse sentido o RURALTINS é uma empresa pública direcionada para os agricultores familiares e assentados da reforma agrária, pescadores, indígenas e extrativistas, os quais são públicos de grande importância para a produção de alimentos do país, entretanto não possuem recursos para contratar um serviço de extensão rural privado.

A instituição foi criada pela Lei n.º 20/89, de 21 de abril de 1989, vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e do Desenvolvimento Agrário, que tem como missão: “Contribuir de forma participativa para o desenvolvimento rural sustentável, centrado no fortalecimento da agricultura familiar, por meio de processos educativos que assegurem a construção do pleno exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida”. (RURALTINS, 2020)

O RURALTINS com suas Unidades Locais de Execução de Serviços - ULES, tem atuação e abrangência em todos os municípios tocantinenses. Essas unidades locais são coordenadas e supervisionadas por 07 (sete) Escritórios Regionais,

localizados nas cidades de: Araguaatins, Araguaína, Miracema do Tocantins, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, Gurupi e Taguatinga e o Escritório Central, sede da administração geral do órgão está localizado em Palmas, capital do Estado (RURALTINS, 2020).

Figura 1. Mapa com a Unidades Locais de Execução de Serviços - ULES nos municípios tocantinenses.



Fonte: RURALTINS (2020)

Ainda de acordo com a Lei nº 20, na devida ordem o art. 1º, realça que - “O RURALTINS foi criado e destinado à execução dos serviços de assistência técnica ao crédito, classificação de produtos, fiscalização, experimentação, pesquisa e desenvolvimento da tecnologia agrícola, organizacional rural e afins. Criado como órgão da administração indireta do Estado, vinculado ao governo do Estado do Tocantins, através da Secretaria de Estado da Economia, sob a forma de autarquia estadual, com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira” (RURALTINS,1989).

O RURALTINS visa promover atividades que aumentem a renda das famílias rurais, buscando a segurança e a soberania alimentar, e conduzindo a organização a fim de selecionar e utilizar tecnologias e produção para atingir níveis de produtividade

compatíveis com a proteção ambiental. Com ações de recuperação dos recursos naturais e gestão da conservação, o instituto realiza importantes trabalhos para a empresa do Tocantins como: implantação de hortas domiciliares, escolares e comunitárias para comunidades rurais e urbanas, promoção de feiras e / ou encontros de agricultura familiar (RURALTINS, 2020).

Os principais beneficiários diretos dos serviços de assistência técnica e extensão rural, são os produtores(as) rurais e suas famílias, preferencialmente, os agricultores de base familiar, dentre eles os assentados da reforma agrária, os quilombolas, pescadores artesanais, extrativistas e povos indígenas (RURALTINS, 2020).

As políticas públicas dizem respeito especificamente ao fluxo de decisões públicas destinadas a mudar a realidade da sociedade com o desenvolvimento local. Dentro delas, entendo que a Pnater é uma política importante e inovadora em vários sentidos, sendo assim, capaz de modificar âmbitos e exercer um papel significativo de mudanças para a melhoria na qualidade do desempenho do desenvolvimento local.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 Caracterização do Estudo

O estudo possui abordagem qualitativa e objetivos descritivos. É uma abordagem qualitativa, pois está mais relacionada no levantamento de dados sobre as motivações de um grupo, em compreender e interpretar determinados comportamentos, a opinião e as expectativas dos indivíduos de uma população (SEVERINO, 2012). E objetivos descritivos, pois esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987).

4.2 População e amostra

O presente estudo foi realizado com extensionistas rurais do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (RURALTINS), em uma amostra compreendida por sete extensionistas da microrregião de Araguaína. O Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins é uma autarquia do governo do estado brasileiro do Tocantins, vinculada à Secretaria do Desenvolvimento da

Agricultura e Pecuária (SEAGRO), sendo o órgão oficial responsável pela prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares do Tocantins. O Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (RURALTINS) foi criado pela lei estadual nº 020, de 21 de abril de 1989, tendo como seu órgão antecessor a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (EMATER-GO). O órgão possui atuação em todos os municípios tocantinenses, tendo a sua sede central em Palmas. Sendo assim foram analisadas a percepção dos extensionistas rurais do norte do Tocantins sobre as políticas públicas de extensão rural e seu papel no desenvolvimento local. Tendo como critérios de inclusão: ter 18 anos de idade ou mais, ser extensionista rural, trabalhar no RURALTINS e aceitar participar da pesquisa.

4.3 Instrumentos e procedimentos de coleta de dados

Utilizou-se para coleta de dados questionário com questões abertas e fechadas composto por um conjunto de perguntas, sistematicamente articuladas que se destinam a levantar informações escritas por parte dos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre assuntos em estudo (SEVERINO, 2012). O questionário foi elaborado especificamente para esta pesquisa, levando em consideração os objetivos da pesquisa.

As coletas de dados foram realizadas no período compreendido entre os meses de agosto e setembro do ano corrente. Para a coleta de dados foi utilizada a entrevista semiestruturada aplicada utilizando como instrumento um questionário *online* utilizando o formulário do Google Forms. Esse instrumento foi estruturado em duas partes: a primeira destinada à coleta de informações referentes aos dados sociodemográficos dos extensionistas rurais. Já a segunda parte destinada a informações que atendiam os objetivos da presente pesquisa. A amostra foi por meio do critério de acessibilidade dos participantes para contribuir com a pesquisa e pela facilitação do contato direto com eles por meio do RURALTINS.

A coleta de dados aconteceu da seguinte forma, primeiramente foi estabelecido um contato direto, por meios digitais, com os extensionistas rurais do Tocantins para a devida apresentação da pesquisa, tendo em vista que os participantes são de cidades distintas. Na sequência, os extensionistas rurais foram contatados via e-mail, a assinatura digital do TCLE e agendamento de datas e

horários para que fossem enviados o questionário online por meio do formulário do Google Forms.

4.4 Análise de dados

Os dados coletados para este estudo foram analisados por meio da Análise Textual Discursiva (ATD), descrita como uma metodologia analítica de informações, construída por etapas minuciosas que requerem do pesquisador atenção e rigor para o desenvolvimento das seções da pesquisa. Essa metodologia é distribuída em três períodos, são eles, a unitarização, categorização e a construção de metatextos (PEDRUZZI, et al 2015).

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo buscou identificar e analisar a percepção dos extensionistas rurais em relação à sua atuação e conhecimento sobre as políticas públicas, visando indicar temas e questões a serem discutidas para o aperfeiçoamento das ações públicas direcionadas ao desenvolvimento local. Os resultados dos questionários aplicados trouxeram diversos elementos de linha de frente que permitem uma análise prática do papel dos serviços de extensão rural em relação às políticas públicas, bem como a identificação de dificuldades apresentadas pelos próprios participantes. As discussões apresentadas a seguir estão divididas de acordo com as percepções elencadas e dispostas no questionário aplicado.

Quanto às características gerais da amostra (Tabela 2), os participantes desta pesquisa sete extensionistas rurais atuantes no RURALTINS. Com média de idade de 43,8 anos. Dentre os participantes, seis são do gênero masculino e uma do gênero feminino.

Tabela 2. Idade e gênero dos entrevistados

População	Instituição	Idade	Gênero
ER1	RURALTINS	32	Masculino
ER2	RURALTINS	44	Feminino
ER3	RURALTINS	37	Masculino
ER4	RURALTINS	38	Masculino
ER5	RURALTINS	53	Masculino
ER6	RURALTINS	43	Masculino
ER7	RURALTINS	41	Masculino

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Além dos dados citados acima na tabela 3 está relacionada à profissão, ocupação e formação acadêmica dos extensionistas participantes da pesquisa.

Tabela 3. Profissão, ocupação e escolaridade dos participantes

População	Profissão	Ocupação	Escolaridade
ER1	Zootecnista	Extensionista Rural	Pós-Grad.
ER2	Médica Veterinária	Extensionista Rural	Pós-Grad.
ER3	Engenheiro Agrônomo	Extensionista Rural	Graduação
ER4	Engenheiro de Pesca	Extensionista Rural	Pós-Grad.
ER5	Engenheiro Agrônomo	Extensionista Rural	Graduação
ER6	Técnico Agropecuário	Extensionista Rural	Graduação
ER7	Técnico Agropecuário	Extensionista Rural	Graduação

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Na tabela 4 estão categorizadas informações relacionadas especificamente a experiência no RURALTINS, que incluem tempo como extensionista rural, categoria de trabalho, quantitativo de famílias atendidas e a região predominante de atendimento.

Tabela 4. Experiência no RURALTINS.

População	Tempo como Extensionista	Categoria	Atendimento familiar	Região de atendimento
ER1	09 anos	Técnico	0	Norte
ER2	17 anos	Técnico	50	Norte
ER3	08 anos	Técnico	8	Norte
ER4	09 anos	Ambiental	20	Norte
ER5	29 anos	Social	200	Norte
ER6	15 anos	Técnico	350	Norte
ER7	17 anos	Econômica	1500	Norte

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Dos sete extensionistas entrevistados, 3 tem pós-graduação, com formação superior em agronomia, técnico em agropecuária, engenharia de pesca, zootecnia ou medicina veterinária. Exercendo cargo com mais de 09 anos, e atendendo até 1.500 famílias no exercício do seu cargo.

O trabalho de Extensão Rural no Brasil pode ser visto como uma forma de formação que visa aliar teoria e prática, para que o aprendizado e o compartilhamento de experiências sejam os mais profícuos possíveis. Em particular, a extensão rural é um trabalho que envolve múltiplos atores com diferentes experiências e visões de mundo. Portanto, apresenta muitos desafios, mas ao mesmo tempo exige formação técnica, ética, humana e social dos agentes que desejam torná-la bem-sucedida.

Quando questionados sobre as políticas públicas de extensão os resultados evidenciam a existência de vários desafios para atingir os objetivos dos serviços prestados a nível estadual. Para investigar quais os principais desafios enfrentados no serviço de extensão rural o questionário utilizado nesta pesquisa verificou que os reveses mais citados pelos extensionistas foram:

“Falta de investimentos em ATER, gestão ineficiente dos recursos de ATER, infraestrutura precária dos órgãos de ATER, pouca capacitação em recursos humanos para ATER com agricultores familiares, pouca identificação de profissionais de ATER com a área, confusão de papéis e atribuições dos profissionais de ATER, pouca valorização do profissional de ater e precariedade do trabalho”.

É importante destacar que, como a extensão envolve um processo educativo, ela difere conceitualmente da assistência técnica, que visa em geral resolver problemas específicos, pontuais, técnicos, e não capacitar e aprimorar conhecimentos do produtor rural. É certo que os serviços de extensão rural devem envolver ações de assistência técnica, mas é o caráter educativo da extensão rural que torna extremamente fundamental a participação do Estado e das instituições públicas, e principalmente dos beneficiários e suas representações, na definição e organização mais adequada destes serviços públicos buscando também auxiliar na resolução das dificuldades alcançadas pelos extensionistas que estão atuando diariamente.

A extensão rural é um elo importante da cadeia de inovação na agropecuária. Sua função é conectar os resultados da pesquisa com a adoção de conhecimentos e tecnologias pelos produtores rurais, pequenos, médios ou grandes (ALVES, SANTANA, CONTINI, 2016).

Portanto, disponibiliza conhecimentos para que os agricultores constituam sua tecnologia de produção.

Numa abordagem ampla, o propósito da extensão rural vai além do aumento da produtividade e renda. Possui um leque de atividades, como crédito, insumos, marketing e mercados. Falando mais amplamente ainda, a extensão rural fornece educação informal para adultos, e para múltiplas audiências: agricultores, esposas, jovens, comunidade, horticultores urbanóides (continuando a educação agrícola e desenvolvimento de comunidades) para diversos propósitos: desenvolvimento agrícola, desenvolvimento de recursos comunitários, promoção de grupos e desenvolvimento organizacional de cooperativas (EMBRAPA, 2017).

Logo, quando questionados sobre os aspectos positivos da extensão rural os entrevistados destacaram alguns fragmentos que corroboram e complementam os pontos positivos com os apontamentos supramencionados:

ER1: Boa capilaridade, boa a relação dos profissionais com os agricultores locais e equipe multiprofissional diversificada.

ER2: Assistência técnica gratuita ao Agricultor Familiar, ações nos programas sociais como PAB e PNAE e Elaboração de Projetos de Crédito Rural.

ER3: A satisfação de ajudar quem mais precisa.

ER4: Diversidade técnica dos extensionistas.

ER5: Agricultura e pecuária regional em crescimento devido ao MATOPIBA.

ER6: Comprometimento dos agentes, resultados alcançados.

ER7: O resultado obtido pelo produtor.

Seguindo esses apontamentos é imprescindível destacar a pluriatividade essencial nesse processo de desenvolvimento local, acredita-se que há uma quantidade significativa de extensionistas realizados com o trabalho de assistência técnica e de extensão rural que desempenham no RURALTINS.

Assim, infere-se que estes extensionistas sentem prazer em dialogar e trocar experiências com os agricultores e seus saberes técnicos que foram adquiridos durante a formação acadêmica e nos anos de experiência no mercado de trabalho.

Tratando-se das estruturas físicas da instituição, podemos ressaltar que no geral o ambiente físico ou local de trabalho refere-se à iluminação, instalações, móveis, decoração, climatização, cores, umidade, som, iluminação dentre outros. Portanto, os aspectos relacionados ao ambiente de uma instituição representam influências situacionais físicas importantes também no desempenho das atividades profissionais.

Ao serem indagados quanto à satisfação das estruturas físicas da instituição as respostas dos extensionistas apontam que:

ER1, ER2, ER5: “Não é. É uma estrutura precária, com instalações inadequadas tanto para o profissional quanto para o agricultor”.

ER2: “Não. Precisa de um prédio próprio e com identificação do órgão, para melhorar o atendimento ao nosso público”.

ER4: “Estrutura física deixa muito a desejar, muito técnico e pouca estrutura”.

ER6; ER7: “Regular, poderia ser melhor com mais condições e melhor assistência”.

Nota-se que a maior parte das respostas está diretamente ligada à falta de subsídio de ordem econômica/financeira na qual atrelam a situação inteiramente a parte física e estrutural do ambiente que está sendo exercida a atividade laboral diária.

A estrutura física de uma instituição não pode ser considerada irrelevante, o conceito de infraestrutura vai desde itens básicos como locais de convivência, instalações adequadas, equipamentos úteis e atualizados, até espaços para organização de funcionamento da instituição, materiais para própria assistência

técnica e nos serviços de extensão rural desenvolvidos, como computadores e identificação de prédios e em seus respectivos locais de adesão e famílias assistidas.

Porém, alguns empecilhos como falta de incentivos por parte do poder público, dificulta o trabalho a ser desempenhado por parte dos extensionistas, pois o trabalho educativo, técnico e participativo demanda maior tempo, recursos financeiros e humanos para serem implementados de acordo com as necessidades individuais e sociais.

O planejamento em extensão rural consiste na descrição metódica de como deverá ser organizado um conjunto de ações a serem executadas em um dado período de tempo, visando alcançar objetivos determinados, em função de um público pré-definido. Ao analisar respostas referentes à funcionalidade dos protocolos de visitas nos serviços de extensão rural, os extensionistas relataram que:

ER1: “Não há uma distribuição de famílias assistidas; os protocolos (em tese) se dá a partir de um planejamento anual feito pelo próprio extensionista, e de um planejamento semanal que contemple quem ele vai visitar, dia da semana, distância a ser percorrida, objetivo da viagem etc. o planejamento é feito a partir de demandas que surgem semanalmente”.

ER2: “Falta uma logística, com exceção dos Convênios Federais, que exige visitas pontuais com apresentação de relatórios, os demais são feitos de acordo com a procura e necessidade do produtor rural que vem no RURALTINS ou via atendimento remoto”.

ER4: “Demanda levantada pelos produtores. A distribuição ocorre pelos municípios”.

ER3; ER5; ER7: “Através solicitação dos produtores e ou designação da instituição”.

ER6: “No momento, por causa das nossas limitações físicas e estruturais, os atendimentos são feitos quando demandados ou quando executamos alguns convênios acordados pelo órgão”.

O diagnóstico em extensão rural consiste no conhecimento, análise e interpretação dinâmica de uma determinada realidade, como uma região, um município, uma comunidade, os produtores de uma microrregião, os agricultores de uma cooperativa etc. Então a falta de planejamento, listagem e diagnósticos pré e pós visitas acarretariam uma problematização.

Nesse contexto, existem na instituição alguns projetos e programas de acompanhamento do assistido, que podem ser um acompanhamento de emissões do DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), que além de dar acesso às políticas públicas, é um documento de identificação da agricultura familiar que pode ser obtida tanto pela agricultora e agricultor familiar (pessoa física) quanto pelo empreendimento familiar rural como associações, cooperativas etc. Assim como também tem as demandas para atendimento familiar por projetos individuais, como em grupos, que visam sempre melhorar a qualidade de vida e condições financeiras dos beneficiários desses projetos e assistências técnicas.

Em relação a funcionalidade do atendimento às famílias assistidas pela extensão rural os extensionistas afirmam que:

ER1: “Os critérios para a definição dos assistidos é o agricultor possuir DAP, embora agricultores que não possuam o documento também obtêm assistência, no entanto, não conseguem acessar outras políticas públicas da agricultura familiar”.

ER4: “No momento é atendida dentro dos convênios assinados pela instituição junto a outras instituições”.

ER5: “No meu caso os específicos são do Projeto Oportunidade e a maioria pela solicitação pelos produtores para vistorias e missões de DAP e elaboração de créditos”.

ER2; ER3; ER6: “No momento o principal atendimento são as famílias de projetos específicos, mas sempre que possível assistimos também as famílias quando somos demandados”.

ER7: “Alguns programas do Governo e demanda dos produtores”.

Assim verifica-se que dentre os diferentes âmbitos de atuação do extensionista rural, especificamente na microrregião de Araguaína a funcionalidade de atendimentos das famílias ocorre de distintas maneiras, em alguns casos por programas do próprio governo ou pela demanda dos produtores. É importante salientar que para o agricultor familiar ter acesso às políticas públicas se faz necessário ter a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ativa.

Quando fala-se de políticas públicas entende-se que se trata de um processo complexo de definição, elaboração e implantação de estratégias de ação por parte dos governos, no qual há identificação e seleção de determinados problemas sociais que, na visão dos gestores públicos, merecem ser enfrentados (DIAS, 2008)

Na prática as políticas públicas assumem a forma de estratégias de ação, ou seja, planos, programas ou projetos que geralmente contêm um diagnóstico sobre determinado problema e uma proposta para solucioná-lo. Na percepção dos extensionistas participantes da pesquisa as políticas públicas para extensão rural nesses diferentes nichos do governo revelam que:

ER1: “Não atende. Pelos problemas já descritos nas perguntas anteriores”.

ER2: “Atendem com muita dificuldade, falta de logística e em tempo hábil, precisa melhorar muito a gestão pública”.

ER3: “Não! Geralmente são escassas quando comparada a demanda de produtores”.

ER4: “Só tem uma e não atende todas as demandas”.

ER5: “Ainda não, insuficiente para as três entidades”.

ER6: “Percebo uma grande deficiência em ambos os níveis, principalmente quando se trata da continuidade de projetos iniciados”.

ER7: “Sim”.

O fortalecimento da organização econômica da agricultura familiar contribui para a segurança alimentar, estabilidade econômica nas áreas rurais e proteção da população rural. Também gera empregos, gera valor, distribui renda, nutre cidades e ajuda a proteger o meio ambiente. Logo, as políticas públicas voltadas para o meio rural constituem um espaço muito importante para o fortalecimento dos grupos sociais produtivos no sistema familiar.

Sobre as práticas extensionistas e o desenvolvimento local, nessa parte do estudo e pesquisa o conceito de desenvolvimento local foi colocado em questão com o propósito de verificar se os métodos profissionais de assistência técnica e extensão rural do Tocantins contribuem para o desenvolvimento local. Dessa forma, ao analisar as respostas averiguou-se que várias exibiram valores social, cultural, tecnológico, econômico e melhorias na qualidade de vida da sociedade em questão.

Diante das variações de resposta, observamos:

ER1: “Sim, pela promoção de autonomia, pelo desenvolvimento de territórios e pessoas quando estas passam a transformar suas necessidades em demandas, e a partir delas buscam seus direitos. Pelo aumento da renda a partir das atividades produtivas locais, pela proteção e preservação do meio ambiente, e pela garantia dos direitos das comunidades, respeitando suas peculiaridades, suas características, saberes e histórias”.

ER2: “Com certeza, contribuimos para o desenvolvimento social, econômico levando informações atuais e melhorando a vida dessas famílias”.

ER3; ER4: “Sim, através de conhecimento técnico e ajudando a manter o produtor atualizado com tecnologia na atividade que o produtor executa na sua propriedade”.

ER6: “Sim, a Extensão Rural indispensável para o desenvolvimento local, é ela que dá ao produtor uma visão moderna e sustentável”.

ER7: “Sim, produtores têm acesso a vários programas e recursos assim melhorando suas condições econômicas”.

Desta forma, desenvolvimento local para Paulo de Jesus (2003), pode ser compreendido como um método que impulsiona instituições e pessoas, buscando a mudança da economia e das sociedades locais, incentivando oportunidades de trabalho e de renda, ultrapassando dificuldades para favorecer as condições de vida da população local. Assim, são lideranças, instituições, empresas e habitantes de um lugar estabelecido que se articulam com visitas para encontrar atividade que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização de serviços e bens, de forma que proporcione melhorias nas condições de vida dos cidadãos e cidadãs partindo da valorização e ativação das potencialidades e efetivos recursos locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa com o objetivo de analisar a percepção dos extensionistas, sobre as políticas públicas de extensão rural e a sua contribuição para o desenvolvimento local, possibilitou observar que os extensionistas que participaram desta pesquisa, em sua maioria, buscam de forma metodológica e transparente seguir o que consta na lei de Ater, respeitando a concepção de novo rural e buscando transformar o espaço de forma sustentável junto ao agricultor no cenário socioambiental da microrregião de Araguaína, norte do estado do Tocantins.

Diante do estudo realizado evidenciamos que a percepção dos extensionistas rurais elencaram inúmeros desafios para atingir os objetivos dos serviços prestados a nível estadual, em contrapartida contribuições positivas relacionadas as várias ações nos programas sociais, assistência técnica gratuita ao agricultor familiar, comprometimento dos agentes, equipe profissional diversificada, entre outras que culminam no desenvolvimento local.

Quando foram questionados se as políticas públicas de extensão rural, atendem as demandas a nível municipal, estadual e federal, os extensionistas participantes da pesquisa revelaram que não atendem devido a insuficiência de recursos das três entidades e apenas um extensionista revelou que a políticas públicas de extensão rural são atendidas.

No entanto, fica claro que estes extensionistas ainda necessitam de incentivos educacionais e técnicos, para então desempenhar suas funções em acordo com a nova extensão rural, prevista em lei. Por fim, o estudo contribui para orientar o aprimoramento da prática de extensão rural na microrregião de Araguaína na perspectiva de que os extensionistas e os agricultores estejam aptos a colaborar juntos de forma educativa e dialógica no meio rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, E. R. de A.; SANTANA, C. A. M.; CONTINI, E. Extensão Rural: seu problema não é a comunicação, 2016. Disponível em: 160725-agricultura-transformacaoprodutiva-cap-02.pdf (embrapa.br). Acesso em 14/08/2022.

ANDERSON, Jock R. Agricultural Advisory Services. Background paper for “Innovating through science and technology”, Chapter 7 of the World Development Report 2008, July 2, 2007. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2008/Resources/2795087-1191427986785/Anderson_AdvisoryServices.pdf. Acesso em: 15/08/2022

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. Possibilidade e alternativa do desenvolvimento rural sustentável. In: VELA, Hugo. (Org.): Agricultura familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul. Santa Maria: Editora da UFSM. 2002. p. 157-194.

CASTRO, C. N. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. Boletim Regional, Urbano e Ambiental – IPEA, Brasília-DF, n. 12, v.1, p. 49-59, jul./dez. 2015. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6492/1/BRU_n12_Desafios.pdf. Acesso em: 30 de set. de 2022.

DIAS, Marcelo Miná. Políticas públicas de extensão rural e inovações concitais: limites e potencialidades. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 1, n. 1, p. 101-114, 2008.

DE ANDRADE, S. L.; DE JESUS, P. Desenvolvimento local, agricultura familiar e povos tradicionais: uma análise em torno da assistência técnica e extensão rural no estado do Tocantins. *Oikos: Família e Sociedade em Debate*, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 205–226, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/3737>. Acesso em: 24 out. 2022.

FARIA, Alexandre Augusto Ramos; DUENHAS, Rogério Allon. A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater): um novo modelo de desenvolvimento rural ainda distante da agricultura familiar. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, v. 5, n. 1, p. 137-167, 2019.

JESUS, Paulo de. **Desenvolvimento Local** in: CATTANI, Antonio David (org). *A outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

MANZINI, E.J. *Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada*. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) *Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial*. Londrina:eduel, 2003. p.11-25.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Política nacional de assistência técnica e extensão rural. Brasília: MDA, 2004. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Pnater.pdf. Acesso em: 14 ago. 2022.

MORAES, M. D. A extensão rural pública frente aos desafios da Pnater: o caso da Empaer no Mato Grosso. 2018. 268 f. Tese (Doutorado em Agronomia) - Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Ilha Solteira, 2018. Disponível em: [A extensão rural pública frente aos desafios da PNATER: o caso da Empaer em Mato Grosso](#). Acesso em: 14 ago. 2022.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, 2004. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/2cndrss%20politica_nacional.pdf

Oliveira, M. M. (1988). A utopia extensionista: ensaios e notas (314 p.). Brasília: Embrater.

PEDRUZZI, A. das N. et al. **Análise textual discursiva: os movimentos da metodologia de pesquisa**. Atos de Pesquisa em Educação, Blumenau, v. 10, p. 584-604, 2015.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil – Uma abordagem histórica da legislação**. Centro de Estudos Legislativos do Senado Federal – Consultoria Legislativa. Texto para Discussão. ISSN 1983-064518, Brasília. /out., 2008.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007. 304 p. 2ª Reimpressão.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

ZAMBRA, E. M.; SOUZA, P. A. R.; COSTA, S. R. O capital social e suas implicações na política de assistência técnica e extensão rural em Mato Grosso. Holos, Natal-RN, v. 1, ano 34, p. 271-287, 2018. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5130/pdf>. Acesso em: 19 set. 2022.

APÊNDICES

APÊNDICE 1. QUESTIONÁRIO UTILIZADO NA PESQUISA.

QUESTIONÁRIO

Você está participando da pesquisa **"A PERCEPÇÃO DOS EXTENSIONISTAS RURAIS DO NORTE DO TOCANTINS SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXTENSÃO RURAL E SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL."** A sua participação é de suma importância para o conhecimento sobre a percepção dos Extensionistas Rurais do **RURALTINS** quanto as políticas públicas para o desenvolvimento local.

*Obrigatório

I PERFIL DO EXTENSIONISTA RURAL

1. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) *

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **"A PERCEPÇÃO DOS EXTENSIONISTAS RURAIS DO NORTE DO TOCANTINS SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXTENSÃO E SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL."**, desenvolvida por Solaine Lima dos Santos, discente de graduação do curso de Zootecnia da Universidade Federal do Norte do Tocantins, sob orientação da Professora Dra. Kênia Ferreira Rodrigues e coorientação da Professora Dra. Marielen Aline Costa da Silva. O objetivo central do estudo é: Identificar a percepção dos extensionistas quanto as políticas públicas de extensão rural e o desenvolvimento local. O convite a sua participação se deve à **importância do conhecimento sobre a percepção dos extensionistas do Ruraltins quanto as políticas públicas para o desenvolvimento local**. Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo. A sua participação consistirá em responder perguntas de um formulário eletrônico à pesquisadora do projeto. As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas o aluno e seu professor orientador. Os resultados serão divulgados em relatórios individuais, artigos científicos e no Trabalho de Conclusão de Curso.

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Marque todas que se aplicam.

- Eu concordo
 Não concordo

2. Instituição:

3. Idade: *

4. **Gênero:** *

Marcar apenas uma oval.

- Feminino
 Masculino
 Não quero responder
 Outro: _____

5. **Profissão:** *

6. **Ocupação:** *

7. **Escolaridade:** *

Marcar apenas uma oval.

- Nível Médio
 Nível Superior
 Pós-Graduação

8. **Tempo como Extensionista:** *

9. **Categoria de Extensão ***

Marcar apenas uma oval.

- Econômica
 Social
 Ambiental
 Administrativo

II ATIVIDADES EXTENSIONISTAS10. **Qual o número médio de produtores e/ou famílias o senhor (a) atende? ***

11. **Qual área (região) você atende? ***

12. Na sua percepção, quais os principais desafios enfrentados para exercer a *
Extensão Rural local?

13. Quais são os pontos positivos da Extensão Rural local? *

14. Quanto a estrutura física da instituição, o (a) senhor (a) acredita que é *
satisfatória? Por favor, explique.

15. Quanto a estrutura física da instituição, o (a) senhor (a) acredita que é *
satisfatória? Por favor, explique.

16. Como funciona os protocolos de visitas? Como ocorre esta distribuição de *
famílias assistidas, etc?

17. As famílias são atendidas dentro de projetos específicos? ou quais são os *
critérios para a definição dos assistidos?

Seção sem título

III – EXTENSÃO RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

18. Qual a sua percepção sobre as políticas públicas para Extensão Rural * em nível municipal, estadual e federal? Elas atendem as demandas locais?

19. Ao longo da sua trajetória como Extensionista, o senhor (a) percebeu * melhorias ou pioras nas políticas públicas para a extensão rural? Comente.

20. Por fim, o (a) senhor (a) acredita que a Extensão Rural contribui para o * desenvolvimento local? Se sim, como?

OBRIGADA PELA SUA PARTICIPAÇÃO!

Qualquer dúvida entrar em contato via email:

dadospesquisatcc@gmail.com ou através do número: (63) 99235-7352

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários